DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GUARDA COMPARTILHADA FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Comissão de Combate à Violência contra a Mulher

Dra. Ana Liési Thurler - Socióloga Brasília (DF) Maio de 2018

Violência contra a mulher

- No século XXI, com a aprovação da Lei 11.346/2006 (Lei Maria da Penha), o Estado brasileiro reconheceu a existência de violências contra as mulheres: violência física, sexual, moral, psicológica, patrimonial.
- Com a aprovação da Lei 13.104, de 09.03.2015 (Lei do Feminicídio), o Estado reconheceu que mulheres são assassinadas por sua condição de sexo/gênero.

Violência contra a mulher - Brasil

Crônometro da violência contra as mulheres no Brasil

- 1 estupro a cada 11 minutos.

 11ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017)
- 1 mulher assassinada a cada 2 horas.

 11ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017)
- 503 mulheres vítimas de agressão a cada hora
 Pesquisa Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (DataFolha/FBSP, 2017)
- 5 espancamentos a cada 2 minutos.

 Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado (FPA/Sesc, 2010)

Dados compilados no Dossiê Violência contra as Mulheres





Distrito Federal

	Feminicídios	Tentativas de Feminicídio
1º trim/2017	07	11
1º trim/ 2018	11	18
	Entre 2013 e 2017:	Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Paz Social. DF
	178.224 processos; 69.726 Medidas Protetivas de Urgência. Núcleo Judiciário da Mulher- DF, fev/2018.	

Rio de Janeiro

- Dossiê Mulher divulgado em 04.05.2018
- Em 2016, 63,9% dos estupros, contra meninas e adolescentes.
 - Em 2017 4.173 estupros, 66% contra meninas e adolescentes
 - 56,2% contra pretas e pardas
 - 42,7%, escolaridade ensino fundamental incompleto.

Mobilizações feministas

- O impacto do feminicídio de Ângela Diniz, em Búzios (RJ), dezembro/1976, por Doca Street.
- "Denuncie a violência".
- "O silêncio é cúmplice da violência".
- Disque 180, disque 100.





Não desvie o olhar.



Fique atento. Denuncie.

PROTEJA

nossas crianças e
adolescentes da violência.

Procure o Conselho Tutelar ou disque 100

Ministério do Secretaria de Turismo Direitos Humanos



www.direitoshumanos.gov.br

A reação conservadora antifeminista - Backlash

- Acusações contra a mulher. Reiterar a ausência de valor da palavra da mulher: misoginia. Lei 12.318/2010, lei da Alienação Parental.
- Imposição do silêncio. PL 4488/2016 apresentada por Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), relatoria de Shéridan Oliveira (PSDB-RR), criminaliza denúncias de violências e abusos contra crianças e adolescentes

Lei da Alienação Parental 12.318/2010 – faz vítimas

- Lei sexuada, com caráter coercitivo e punitivo sobre a mãe.
- Vai da redução ou extinção da pensão alimentícia, da guarda compartilhada imposta à reversão da guarda, com restrição do contato entre a mãe e a criança.
- Duas semanas ANTES da aprovação da lei em 13.08.2010 - morre a menina Joana Cardoso Marcenal Martins.

Caso Joana Marcenal
O pai – André Martins –
obtém a reversão da
guarda ANTES da
aprovação da lei.



A mãe – médica Cristiane Cardoso Marcenal – a partir de 26.05.10, acusada de *alienação parental*, recebeu a punição de não ver a filha durante 90 dias. Só reencontrou a filha já com morte cerebral.

Casos que mobilizaram o país

• 2008 - ISABELA NARDONI -18.04.2002-29.03.2008 — SP

2010 – JOANNA MARCENAL MARTINS-20.10.2004/13.04.2010-RJ

2014 – BERNARDO BOLDRINI 2003-04.04.2014 - RS

Não pague pensão Alimentícia! Acuse de Alienação **Parental**

Alienação parental

- · Conceito gendrado, masculinista.
- Estratificações sexuais.
- Sociedade misógina.
- Hierarquia entre a palavra masculina e a palavra da mulher.
- Estado patriarcal.
- Sistema de Justiça androcêntrico e sexista.

Richard Garden (1931 – 2003)

Recusado em seu próprio país (EUA).

- NOW, em 2006:
 - Todo profissional cujo trabalho envolva a proteção dos direitos das mulheres e das crianças deve denunciar a SAP como contrária à ética.

Richard Garden e seguidores

- Desqualificação da palavra da mulhermãe. Misoginia.
- Acusação de implante de "falsas memórias".
- Reafirmação do poder e da dominação masculina.
- Defesa da pedofilia e de vivências sexuais entre adultos e crianças.

Brasil – Dissolubilidade do casamento

Lei 6.515, 1977. Lei do divórcio.

- Quem propõe o fim do casamento?
- Três em cada quatro casos, a mulher propõe o divórcio – e anteriormente – a separação judicial.
- Quem teria "ressentimentos" e mágoas?...

Brasil – 1984/2014 Relação casamento/divórcio

Ano	Casamentos	Divórcios	Porcentual
1984	936.070	30.847	3,3%
1994	763.129	94.126	12,3%
2004	806.968	130.527	16,2%
2014	1.106.440	341.181	31%
			Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas de População e Indicadores Sociais. ERC, 1984-2014.

Educação sexista

- Não construimos masculinidades participativas, colaboradoras, nem igualitaristas, não-violentas.
- Não construimos uma cultura com homens cuidadores.
- E nos falam de uma "escola sem partido"...

Brasil, gênero e cuidado

- Homens dedicam 11,7h semanais para afazeres domésticos e cuidado com crianças.
- Mulheres dedicam 33,4h semanais

A mãe assume as atividades do care, em mais de 90% dos casos.

Retrospectiva da construção de leis brasileiras nesse campo.

- 1992 Lei da Paternidade (Lei 8590/1992).
- 2014 Lei Menino Bernardo, Lei da Palmada (Lei 13.010/2014).
- 2014 Lei da Guarda Compartilhada (13058/2014).
- 2017 Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431/2017).
 - Preservar a criança e o adolescente de violências institucionais.
 - Garantir o direito a não sofrer revitimizações.

Ponto crítico

- Instâncias que dialogam pouco ou não dialogam:
 - Juizados de Violência contra as mulheres
 e
 - Varas de família.

 Nesse quadro, entregamos crianças a homens sabidamente violentos.

Portugal: Maria Clara Sottomayor, Min do Trib Const. "Gardner fez sua carreira profissional defendendo indivíduos acusados de abuso sexual de crianças. Para defender seus clientes criou a teoria da SAP – nunca reconhecida pela comunidade acadêmica e pela ciência ."

"Não aceitamos, sequer como possibilidade, entregar a guarda de uma criança a um indivíduo que poderá abusar dela. Mesmo que a gente não tenha certeza de que isso aconteceu."

> Maria Clara Sottomayor Ministra do Tribunal Constitucional Portugal

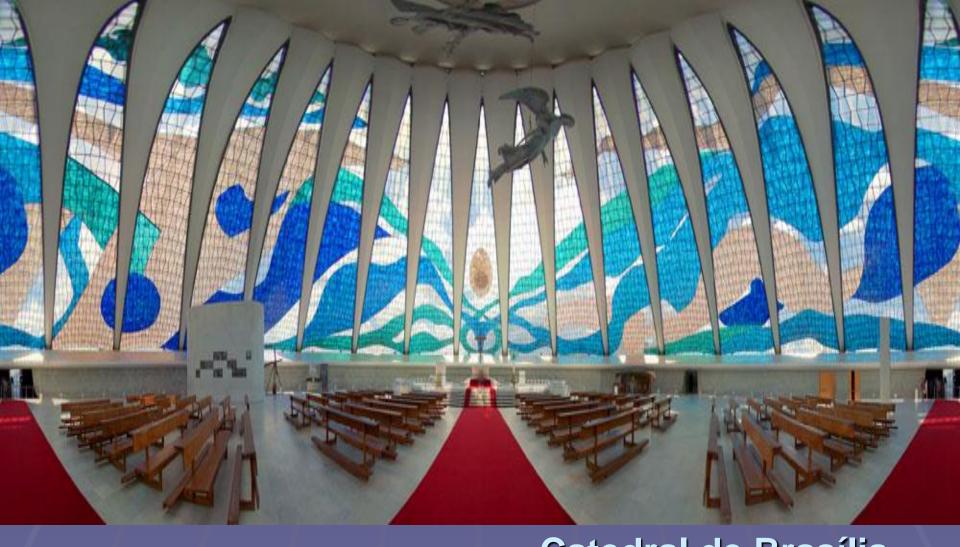
Espanha – Assoc. Espanhola de Neuropsiquiatria

"Acreditamos que o sucesso do termo SAP no campo judicial se deve ao fato de possibilitar uma resposta simples (e simplista) a um grave problema que satura os juizados de família, fornecendo argumentos pseudopsicológicos e pseudocientíficos." (em SAP, uma iníqua falácia. Cláudia Galiberni Ferreira e Romano José Enzweiler)

Sugestões para reflexão

- Aproximar as instâncias de enfrentamento à violência contra a mulher e varas de família – diálogo.
- Homens-pais que demonstraram vivências violentas não podem ter a guarda da criança (BO, MPU)....
- O Estado deve interferir minimamente na questão da guarda.

09 Maio de 2018 Muito obrigada! Dr^a Ana Liési Thurler



Catedral de Brasília. Vitrais de Marianne Peretti (1927-) Anjos Miguel, Gabriel e Rafael de Alfredo Ceschiatti (1918-1989)